Comunicação Comunitária Para Quê?[1]

Laura Conde Tresca[2]
Universidade Metodista de São Paulo

Resumo

Nas últimas décadas, presencia-se uma explosão tecnológica de meios comunicação e da quantidade de informações que circulam pelas redes. Se já existem tantas mídias e mesmo assim a comunicação necessariamente não acontece, para quê fomentar a comunicação comunitária? Neste trabalho, são apresentadas duas motivações para fomentar a comunicação comunitária: pela democracia e pelo desenvolvimento. No primeiro caso, utiliza-se como referência principal Dominique Wolton; no segundo, Luiz Ramiro Beltrán. Estes autores foram escolhidos, porque - apesar de estarem distanciados no tempo e tomarem como ponto de partida referenciais bem diferentes - eles dialogam diretamente com as teses de incomunicação.

Palavras-chave

comunicação comunitária; democracia; desenvolvimento; incomunicação

Historicamente, as novidades nas tecnologias de transmissão de sons e imagens sempre mudaram a vida cotidiana, as estruturas de relacionamento social e o imaginário simbólico de uma sociedade. Da mesma forma que a organização do espaço interno da casa se reconfigurou por causa do advento da televisão, o mesmo acontece com o computador, que agora precisa de um espaço para ser abrigado- cada vez menor, é verdade. O uso dos chats proporciona uma nova maneira de conhecer pessoas. Uma nova lógica cognitiva (bits). O hipertexto, por exemplo, desenvolve uma nova lógica de cognição, não-linear, baseada na interatividade.

Os entusiastas dessa nova dinâmica parecem encontrar a redenção democrática na web. A internet messiânica daria oportunidades iguais a todos de se comunicarem e democratizaria o acesso às informações. Com o advento da internet o monopólio de obtenção e difusão de informações parecia ter fim. Afinal, qualquer um pode montar uma página na internet, comunidades virtuais e divulgar informações.

De fato, há uma explosão tecnológica de meios comunicação e há uma boa quantidade de informações que circula em grande volume pelas redes. O problema é que

[1] Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Comunicação para a Cidadania.
[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Univerdade Metodista de São Paulo. Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (2004) e graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2005). Email: lauratresca@uol.com.br.

não há necessariamente comunicação. Ciro Juvenal Marcondes Filho (2004, p.8) se pergunta:

> O que acontece, que faz com que vivamos neste início de século tão estimulados, tão incentivados a comunicar, que tenhamos tantos aparelhos e situações que nos facilitem a transmissão do que sentimos, mas que - mesmo assim - a comunicação não ocorra ou, quando ela ocorre, é só em parte, insatisfatória, frustrante, pobre?

Apesar de Marcondes não se referir explicitamente ao conceito de incomunicação, essa é uma das inquietações desta área da Ciências da Comunicação. Entretanto, os questionamentos sobre essa temática nasceram décadas antes do advento da internet. Por exemplo[3], em julho de 1975, a *Incomunicação Social* foi o tema do encontro da União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC)[4]. O termo foi utilizado para expressar a falta ou a dificuldade de comunicação, seja pelas barreiras tecnológicas ou cognitivas, políticas, psicológicas, ecônomicas e sociais (MARQUES DE MELO, 1976, p.10).

Após 25 anos, em 2001, o Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia organizou um ciclo de semiótica e cinema denominado *Os meios da incomunicação*, realizado no Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo[5]. Se 1975 o discurso era de denúncia-reinvindicação, em 2001 Norval Baitello Junior (2005, p.9) retoma a noção como denúncia-catástrofe:

> Muitas vezes menosprezada ou ignorada, mas sempre atuando, a irmã menos amada desfaz as trilhas, caminhos, elos e vínculos cuidadosamente abertos pela primeira. E, quanto mais esquecida, mais danosos serão seus atos, porque despercebidos, surpreendentes, porque tomam-nos todos de assalto e despreparados. E quanto mais ressaltamos e nos orgulhamos dos bons serviços e das qualidades da comununicação, mais a incomunicação ganha força e ousadia, provocando estrago, desfazendo e desmontando, distorcendo e deformando, semeando discórdia e gerando falsas expectativas, invertendo sinais e valores, azedando as relações e produzindo estranhamentos incômodos.

Em 2004, Marcondes, baseado em várias referências filosóficas, radicaliza e se questiona até se a comunicação é realmente possível ou se acontece somente em situações muito particulares (2004, 83-101).

[3] Neste trabalho, não se pretende discorrer sobre a produção acadêmica na área da incomunicação, mas apenas exemplificar alguns questionamentos decorrentes destes estudos.
[4] As reflexões deste evento foram registradas no livro *Comunicação/Incomunicação Social no Brasil*, organizado por José Marques de Melo.
[5] As reflexões deste evento foram registradas no livro *Os meios da incomunicação*, orgazinado por Norval Baitello Junior.

A partir de tais reflexões, é inevitável se perguntar: se já existem tantos meios de comunicação e mesmo assim a comunicação necessariamente não acontece, para quê fomentar a comunicação comunitária? Enfim, comunicação comunitária para quê?[6] Para ser mais uma voz que grita e ninguém ouve? Encontrar algumas possibilidades de respostas a esse questionamento talvez seja reviver, com nova roupagem e sob um novo estatuto[7], o conflito apocaliptícos-integrados. Entretanto, é fundamental adentrar nesta arena para a manutenção da defesa da comunicação como um direito humano.

A seguir, são apresentadas pelo menos duas motivações para fomentar a comunicação comunitária: pela democracia e pelo desenvolvimento, uma dimensão política e outra econômica-política-social. No primeiro caso, utiliza-se como referência Dominique Wolton; no segundo caso, Luiz Ramiro Beltrán. Estes autores foram escolhidos, porque - apesar de estarem distanciados no tempo e tomarem como ponto de partida referenciais bem diferentes - eles dialogam diretamente com as teses de incomunicação.

Comunicação comunitária para democracia

Dominique Wolton dialoga diretamente com as teses de incomunicação mais recentes, de denúncia-catastrofe. O autor (2006) não nega a incomunicação. Pelo contrário, reconhece que a comunicação tem limites, não atingiu um nível de diálogo capaz de evitar conflitos: "O progresso das comunicações não impede as barbáries em Ruanda, Kosovo, Iraque […]" (2006, p.9). Mas, valendo-se de um argumento típico da antropologia, o da alteridade, Wolton não coloca a incomunicação como uma catástrofe. Pelo contrário, pensar a incomunicação no âmbito do respeito à diferença é construir a coabitação:

> Pensar a sociedade da incomunicação não é, portanto, uma proposta pessimista. É admitir que há, de certa forma, um limite para a comunicação. Quando tudo circula, permuta-se e se conecta, não é inútil lembrar que há sempre três situações: a partilha, a coabitação, a incomunicação. Essas três situações ontológicas perduram, qualquer que seja o desempenho dos instrumentos, e é essa trilogia que se deve guardar no espírito quando se quer evitar que a onipresença da comunicação técnica se torne uma das tiranias da globalização.
> De qualquer maneira, comunicar é assumir um risco, em que reside, de fato, toda a grandeza da coisa. O risco do encontro do outro e do fracasso. Não há

[6] Longe das concepções funcionalistas de que tudo precisa ter uma função (ou disfução) para ter sentido, aqui apenas se pretende localizar algumas fundamentações que justifiquem a defesa da comunicação comunitária. Novamente, esta é apenas uma possibilidade de abordagem. Vários outras motivações podem existir.
[7] No sentido que o cerne do conflito se desloca da comunicação de massa para a própria comunicação.

> ética da comunicação sem respeito do outro, isto é, sem uma reflexão política, pois coabitar com o outro leva de imediato, à questão política, à da democracia (WOLTON, 2006, p.224).

Se por um lado não a razão comunicativa não se concretizou tal como Habermas analisou - e de certa forma almejou-, foi por meio das comunicações que foi possível constituir mobilização solidária mundial às vítimas do tsunami no sudeste asiático. Adotando esse exemplo, Wolton (2006, p.11) explicita porquê é preciso salvar a comunicação:

> Os desvios da comunicação não invalidam o ideal normativo que a fundamenta, tanto quanto os desvios da democracia não invalidam a democracia. Por que aceitar as contradições da democracia e não as da comunicação?

Nesse sentido, mais do que promover o direito ao acesso à informação, é necessário fomentar o direito à comunicação. Não se trata de uma comunicação linear que envolve apenas emissores, mensagens, canais e receptores. Refere-se a uma comunicação orgânica e complexa, que não se localiza somente nas tecnologias e técnicas de transmissão de informações, mas que resulta na conquista da cidadania para a transformação social.

> Sim, salvar a comunicação é antes de tudo preservar sua dimensão humanista: o essencial da comunicação não está do lado das técnicas, dos usos ou dos mercados, mas do lado da capacidade de ligar ferramentas cada vez mais performáticas a valores democráticos, como se viu com o imenso movimento de solidariedade mundial por ocasião do Tsunami de desembro de 2004 no sudeste asiático (WOLTON, 2006, p.10).

Em todas as suas análises, Wolton (2004, 2006) parte de uma concepção de comunicação que envolve uma dimensão normativa e outra funcional:

> A dimensão normativa remete ao ideal da comunicação: informar, dialogar, compartilhar, compreender-se. A dimensão funcional, como seu nome indica, ilustra o fato de que, nas sociedades modernas, muitas informações são simplesmente necessárias para o funcionamento das relações humanas e sociais. [...] Essas duas dimensões da comunicação funcionam de certo modo segundo o modelo de uma dupla hélice, tal qual a do gene, num processo dinâmico e contínuo. Essas duas dimensões, normativa e funcional, remetem, aliás, aos dois sentidos da palavra 'comunicação'. O primeiro e mais antigo (século XIV), ligado à dimensão normativa, significa 'compartilhar', 'comungar', na tradição judaico-cristã. O segundo, a partir do século XVI, ligado ao processo técnico, remete à idéia de transmissão e de difusão (WOLTON, 2006, p. 15-16)

Wolton e Marcondes (2004) partem de noções de comunicação muito próximas e chegam a conclusões bem diferentes. Se para Marcondes o encontro com o outro não é

possível ou raramente acontece, Wolton reconhece essa dificuldade como preocupação, mas traz a esperança da dimensão humanitária e mobilizadora da comunicação.

Em relação à política, Wolton (2004) defende que a comunicação é a condição de funcionamento da democracia, indissociável do paradigma democrático[8]. Para ele existe um "triângulo infernal" formado pelos jornalistas, políticos e opinião pública, no qual o triunfo da comunicação desestabiliza essa correlação de forças. Partindo da idéia de que a lógica desses atores são, respectivamente, os acontecimentos, a ação e a hierarquização dos temas, ele aponta três elementos desse desequilíbrio: 1) o acontecimento se sobrepõe a ação; 2) os jornalistas não são confrontados; 3) e as pesquisas de opinião são entendidas como onipresentes, expressão natural da opinião pública. Sobre o primeiro elemento, Wolton (2004, p. 204) afirma:

> [Os homens políticos] Estão confrontados com a contradição seguinte: as mídias são necessárias para valorizar sua ação, mas ao mesmo tempo sublinham a escassez de sua margem de manobra... Além disso, o homem político sofre a pressão do acontecimento e o cortejo de jornalistas. Estes fazem comentários diariamente, acham significações ocultas em estratégias improváveis, questionam facilmente a capacidade de ação dos homens políticos, que são obrigados a correr de programas de rádio a estúdios de televisão para responder aos rumores, confirmar alguns deles, desmentir outros, distinguir-se dos concorrentes, construir sua própria imagem, mostrar planos para o futuro e não dar a impressão de ser incapaz de lidar com o presente. É difícil, nessas condições, não ver que muitas vezes o rei está nu.

Desta forma, os homens políticos dispensam muitos recursos no gerenciamento midiático e correm o risco de deixarem a desejar na execução de políticas públicas. Sobre o segundo elemento, diz Wolton (2004, p.207):

> Aqui, o poder do jornalismo, que consiste em passar de um acontecimento a outra sem nunca parar, torna-se um defeito. E, nessa relação de força com os homens políticos, os jornalistas têm a enorme vantagem de nunca ser confrontados com nenhuma sanção. É claro, existe a percepção crítica do público, mas esta parece tão distante...

Essa declaração de maneira alguma pode ser interpretada como defesa da censura. Trata-se da identificação da ausência de parâmetros, de auto-avaliação, tal como estava em discussão quando se propôs a criação do Conselho Federal de Jornalismo.

Já sobre o terceiro elemento, Wolton aponta o poder que as pesquisas de opinião têm de banalizar a complexidade, o que acaba por reforçar o poder dos jornalistas:

[8] Diferente das teses que defendem que há uma ditadura dos meios de comunicação e da chamada opinião pública e que, por isso, a comunicação seria um problema para a democracia.

> A onipresença das pesquisas de opinião acentua a *cultura do instantâneo*, em que se sucedem, em um ritmo desenfreado, acontecimentos, pesquisas, informações, como em uma espécie de gigantesco jogo de perguntas e respostas. A consequência é uma redução de qualquer distância crítica. Tudo é imediato, criando uma ilusão de transparência ou, pelo menos, de racionalidade possível da história instantânea... Uma espécie de 'cultura tampão', à base de superinformação e pesquisas, cria-se entre o indivíduo e o mundo (WOLTON, 2004, p.211).

No Brasil, há pelo menos mais dois fatores que potencializam esse desiquilíbrio entre jornalistas, políticos e opinião pública: os donos de mídias e políticos se confundem e certos veículos comportam-se como verdadeiros partidos políticos. Pesquisa conduzida pelo professor Venício de Lima, do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da Universidade de Brasília (UnB), aponta 51 deputados federais que são concessionários diretos de emissoras de rádio e TV, conforme dados oficiais do Ministério das Comunicações[9]. Além disso, algumas mídias levantam bandeiras e até defendem políticas e projetos de leis[10] como se fossem uma associação que visa a conquista do poder para realizar um determinado programa, como se fossem partidos políticos. Aqui, mídia e política se sobrepõem.

O autor (WOLTON, 2004, p.211) aponta três consequências do desequilíbrio entre jornalistas, políticos e opinião pública: 1) As crises sociais continuam inesperadas e violentas, apesar da hipermediatização da realidade e da onipresença de todos os tipos de indicadores 2) A lógica do acontecimento ocupa espaço demais, quando uma crise social explode:

> As mídias e pesquisas de opinião encontram-se ainda mais mobilizadas, amplificando a crise social pelo simples efeito mecânico de sua concorrência e repetição. A tal ponto que, depois de alguns dias, uma crise social ou política parece uma situação insurrecional. As mídias não somente colocam o problema da 'capacidade do governo' para resolver a crise, mas logo questionam a 'autoridade' e até a 'legitimidade' política. (WOLTON, 2004, p.212)

E, por fim, 3) as mídias atuam como mediadoras da crise, como se tudo fosse apenas um problema de informação (WOLTON, 2004, p.213).

Mas, além de identificar o desequilíbrio e suas consequências, Wolton (2004, p. 216-221) aponta as portas de saída: o homem político deve diminuir a pressão do acontecimento, valorizando seu papel de ação; revalorizar a dupla homem político-cidadão; e, finalmente, ampliar o círculo dos que falam. Wolton (2004, p. 242-243)

[9] Disponível em http://www.unb.br/ceam/nemp/deputados.htm, acesso em 25 de abril de 2007.
[10] É possível citar como exemplo a recente cruzada que a Rede Globo de Televisão encampou para aprovar a lei "da maioridade penal".

afirma que a liberdade de expressão não seria suficiente, uma vez que teria um efeito perverso, garantindo voz sempre aos mesmos grupos:

> Em outras palavras, o número crescente de mídias não leva obrigatoriamente a um número maior de opiniões debatidas. Ocorre uma espécie de seleção, visando eliminar as opiniões desviantes e levando um processo de empobrecimento, totalmente descontrolado, que se traduz pelo reforço de certas opiniões em detrimento de outras. […]
> Essa generalização da expressão na sociedade da comunicação traz então dois problemas. Se todos se expressam, quem escuta? A sociedade da expressão não é a sociedade de comunicação: pode haver tantos esquizofrênicos quantas pessoas se expressando. Por outro lado, a fala competente e autorizada aumenta à medida que o número dos que se expressam também cresce. Ou seja, quanto mais há expressão, mais se precisa de especialistas. (WOLTON, 2004, p. 242-243)

No contexto da expressão livre e igualitária, surgiria a necessidade de hierarquizar as opiniões. Os jornalistas, então, concederiam a palavra aos elementos representativos, aos especialistas e àqueles que representam bem o ponto de vista de qualquer um.

Se o pensamento de Wolton faz sentido para a realidade brasileira, é justamente a ampliação do círculo dos que falam que possibilita pensar que o fomento a comunicação comunitária é indispensável para equilibrar as relações entre jornalistas, políticos e opinião pública. Além desses entraves próprios da dinâmica jornalismo, no Brasil, o círculo dos que falam fica ainda mais fechado, porque há uma grande concentração dos meios de comunicação: poucas empresas detêm muitos (ou diferentes) meios de comunicação que atingem a maior parte do território.

Portanto, para preservar o estatuto normativo da comunicação e da democracia é fundamental o fomento à comunicação comunitária. É no espaço público que jornalistas, políticos e opinião pública se encontram, debatem e estabelecem relação. Baseado em E. Kant e J. Habermas, Wolton (2006, p.230) define espaço público como intermediário entre a sociedade civil e o Estado. Inicialmente, é um espaço físico como a rua, a praça, mas tornou-se simbólico, com vocabulário e representações comuns.

> É um espaço simbólico onde são expressas e trocadas as opiniões contraditórias dos indivíduos e dos grupos. A mídia desempenha nele um papel essencial, mas o espaço midiático não é sinônimo do espaço público, mais amplo e complexo. […] Não se decreta a existência de um espaço público, constata-se sua existência. Ele simboliza a existência de uma democracia, <u>com a expressão contraditória</u> das informações, das opiniões, das ideologías. (WOLTON, 2006, p.230, grifo nosso)

Referindo-se principalmente às sociedades tradicionais, Wolton afirma que, para consolidar e afirmar o espaço público, foi historicamente necessário reduzir o peso e a legitimidade das comunidades parciais[11]. A perda de autonomia e poder dessas comunidades significava a ampliação do espaço público universal. O problema, para o autor, é que a relação de força inverteu-se tanto que as comunidades não têm mais autonomia em relação sistema de referências e símbolos: "Mas uma sociedade não pode repousar a legitimidade e autoridade de um único sistema de valores, mesmo que seja o sistema de valores democráticos (WOLTON, 2006, p.232)."

Certamente, este não é um fenômeno exclusivo das comunidades tradicionais, mas um problema que as comunidades urbanas atuais também enfrentam. Algumas tribos juvenis, por exemplo, encontram pouco espaço de expressão de seus valores, são muitas vezes estigmatizadas e apenas despertam curiosidade depreciativa – *straight edges*, góticos, grafiteiros etc. Neste sentido, garantir o direito à voz de diversos sistemas simbólicos é reservar um lugar no espaço público para o diferente ou contraditório. É equilibrar a correlação de forças entre jornalistas, políticos e opinião pública. É preservar a dimensão humanista da comunicação e fortalecer a democracia.

Comunicação comunitária para o desenvolvimento

Um dos pioneiros da escola latino-americana de Ciências da Comunicação Luiz Ramiro Beltrán – no trabalho *Communication and Modernization: The Case of Latin American*, apresentado na XI Conferência Mundial da Sociedade para o Desenvolvimento, realizado em 1969, em Nova Delhi, na Índia – traça a anatomia da incomunicação, que dialoga diretamente com a abordagem denúncia-reivindicação.

Assim como Wolton, Beltrán não nega a incomunicação. Pelo contrário, ele assume a reivindicação e lista doze barreiras para comunicação acontecer (BELTRÁN, 2006, p.38): 1) falta de consciência dos governantes do significado e das funções da comunicação na modernização; 2) baixa prioridade para a comunicação nos planos de governo e, consequentemente, dotação orçamentária inadequada; 3) desarticulação entre estratégias gerais de desenvolvimento e estratégias específicas de comunicação para o desenvolvimento; 4) uma disponibilidade insuficiente dos meios de comunicação

[11] Comunidades parciais são "definidas ao mesmo tempo por regras estritas de funcionamento, por um sistema de autocontrole e autolegitimação, e também por regras de reconhecimento mútuo"(WOLTON, 2004, p.231). O conceito é aplicado a comunidades antigas, mas pode muito bem ser considerado como referência para a reflexão sobre as comunidades atuais.

governamentais para estabelecer e manter um sistema de comunicação de via dupla entre funcionários públicos e a maioria da população, bem como entre os diferentes setores da população; 5) uma exagerada preferência, por parte das agências governamentais, por um tipo de conteúdo – publicidade institucional, propaganda política, por exemplo – bem como um tipo de canal, a palavra impressa; 6) uma excessiva concentração declarada, por parte das agências governamentais, em produção não-planejada de mensagens; 7) a preponderância de deficência em infra-estrutura física, como falta de estradas, falta de eletricidade e falta de equipamentos modernos de comunicação, que fazem a existência de uma verdadeira rede de comunicação social extremamente difícil; 8) um elevado índice de analfabestismo, junto com a pobreza da maioria da população, impõe severas restrições ao uso da mídia impressa; 9) uma ausência de motivação por parte das instituições dos meios de comunicação de massa – na maioria propriedade privada – para realmente atingir as massas; eles continuam a se contentar em atingir as elites e as classes médias altas das cidades; 10) um crescimento insuficiente de associações nacionais e regionais de profissionais da comunicação; 11) uma falta de efetividade e independência das agências nacionais de informação; 12) uma fraqueza das empresas nacionais de publicidade que permite consórcios extra-regionais controlar muitos mercados publicitários internos de vários países.

Após 28 anos, a atualidade das constatações de Beltrán são notáveis[12]. O argumento de Beltrán concentra-se no papel do Estado na promoção da comunicação, nas políticas nacionais de comunicação. Na verdade, o autor se preocupa que o Estado promova a comunicação, porque a compreende como um instrumento para o desenvolvimento nacional:

> Na verdade, é possível inferir o nível de desenvolvimento geral de um país a partir do nível de desenvolvimento da comunicação. É muito difícil ser um país bem desenvolvido com comunicações pobres. A correlação se explica facilmente. Desenvolvimento implica em interação, mobilização massiva, participação universal nas tomadas de decisões de problemas de interesse público e no processo de implantação dos objetivos nacionais. E interação, mobilização e participação não podem ocorrer sem comunicação. (BELTRÁN, 2006, p.36, tradução nossa)

Foram muitas as instituições acadêmicas e pesquisadores latinos-americanos que teoriazaram as relações entre comunicação e desenvolvimento. Jan Servaes (2004),

[12] O "Programa de Aceleramento do Crescimento" divulgado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2007 sequer cita a palavra comunicação. De todas as barreiras citadas por Beltrán, somente o investimento em infra-estrutura está previsto.

apesar de não ter essa origem, sistematizou bem esse pensamento no artigo "Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos". De acordo com o autor, existem pelo menos três teorias do desenvolvimento (modernização, dependência e multiplicidade/outro desenvolvimento) e dois enfoques teóricos sobre comunicação para o desenvolvimento (difusionista e participativo).

O paradigma da modernização nasce no contexto pós Segunda Guerra Mundial, em que os superpoderes da Guerra Fria – Estados Unidos e União Soviética – necessitavam expandir seus interesses aos países em desenvolvimento. Predominante nos meios acadêmicos até meados de 70, a idéia baseava-se na noção de evolução: unidirecional, acumulativo, predeterminado, irreverssível e progressivo (SERVAES, 2004, p.24). Portanto, seguindo etapas parecidas com as dos países desenvolvidos, os países subdesenvolvidos atingiriam a modernidade. Era preciso superar as barreiras das sociedades tradicionais, que precisavam atualizar-se. Nesta concepção, desenvolvimento era endógeno e significava ocidentalização.

O enfoque da dependência tem sua origem nos debates da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Apesar de possuir diversas variações, a idéia-base, de acordo com T. dos Santos, é que a "dependência é uma situação condicionante na qual a economia de um grupo de países está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outros" (apud SERVAES, 2004, p.30). Assim, os principais obstáculos para o desenvolvimento estaria no sistema internacional da divisão do trabalho. Não se tratava de um problema interno aos países. O desenvolvimento do centro significava o perpétuo subdesenvolvimento da periferia.

O paradigma da multiplicidade/ outro desenvolvimento surge da dificuldade crescente de se definir quais são os países do primeiro, segundo e terceiro mundo ou quais são centro ou periferia, dada a influência regional que alguns países exercem. Neste conceito, não haveria um padrão universal de desenvolvimento. Seria um processo integral, multidimensional e dialético que resultaria em uma outra sociedade. Possuiria diversas características para além da dimensão econômica: safisfação de necessidades básicas materiais ou não-materiais; autoconfiança; endógeno; ecologia; democracia participativa e mudanças estruturais.

A estas teorias do desenvolvimento corresponderiam dois modelos de comunicação: difusionista/mecanicista e participativo/orgânico. No primeiro caso, a mensagem fluiria de um emissor até um receptor, que informado, re-orientaria sua ação. Por mais que almeje a mudança social, esse modelo é vertical, unidirecional e

antidemocrático. Diferente do modelo participativo/orgânico, em que se toma como ponto de partida a comunidade: "[…] se os meios são suficentemente acessíveis, o público pode fazer conhecer suas necessissidades de informação" (SERVAES, 2004, p.23). Assim, o desenvolvimento se daria a partir das necessidades da comunidade e não do que um grupo ou país desenvolvido julga moderno.

Beltrán, em 2005, realizou uma análise em perspectiva histórica da comunicação para o desenvolvimento na América Latina. A primeira constatação é que a prática antecedeu a teoria, na década de 50. Cita como iniciativas precursoras as rádioescolas da Colômbia, as rádios mineradoras da Bolívia e os serviços públicos de informação em agricultura, saúde e educação dos EUA. Reconhece que – apesar da teoria da dependência ter sido elaborada na década de 60 - o modelo de desenvolvimento baseado na idéia de modernização foi implantado até a década de 70, quando sucumbiu com a crise do petróleo. De acordo com o autor, foi neste período que os acadêmicos latinos-americanos começaram a produzir uma literatura de protesto e de proposta que suscitou debates naquele momento e posteriormente. Neste contexto, as primeiras noções da multiplicidade/ outro desenvolvimento foram formuladas:

> Em 1973 propus entender o desenvolvimento como 'um processo dirigido de profundo e acelerada mudança sociopolítica que gerasse transformações subustânciais na economia, ecologia e cultura de um país a fim de favorecer o avanço moral e material da maioria da população em condições de dignidade, justiça e libertade' (BELTRÁN, 2005, p. 15, tradução nossa.)

É no cenário da multiplicidade/ outro desenvolvimento que o fomento à comunicação comunitária se torna indispensável. Em 1978, Beltrán criticou os modelos de comunicação tradicionais como variações do modelo aristotélico de retórica, baseado em três elementos: locutor, discurso e ouvinte. Baseado em teorias e autores norte-americanos, Beltrán (1981, p.12-17) questiona a noção mecânica da comunicação e o papel passivo do receptor; atenta para as interações sociais e diferencia informação de comunicação. Tomando como referência a realidade latino-americana, a autor ainda critica a persuassão como motivação da comunicação, associando-a à dominação cultural e perpetuação da condição de subdesenvolvimento (BELTRÁN, 1981, p. 17-28). A partir dos trabalhos de autores latinos-americanos, em especial Paulo Freire, Beltrán desenvolve a proposição de um modelo de comunicação horizontal:

> Comunicação é um processo de interação social democrática baseado no intercâmbio de símbolos pelos quais os seres humanos compartilham voluntariamente suas experiências sob condições de acesso livre e igualitário, diálogo e participação. Todos têm direito à comunicação para satisfazer suas necessidades de comunicação por meio da utilização dos recursos da comunicação. (BELTRÁN, 1981, p. 31)

Essa seria a comunicação capaz de romper com a manutenção das oligarquias, submissão, passividade e alienação dos povos oprimidos. Uma forma de "democratizar a comunicação tanto no conceito quanto na prática"(BELTRÁN, 1981, p.28). E, apoiando-se nesta definição e nas primeiras noções de multiplicidade/ outro desenvolvimento, Beltrán propõe esta conceitualização específica:

> A comunicação alternativa para o desenvolvimento democrático é a expansão e o equilíbrio do acesso do povo ao processo de comunicação e na participação no mesmo empregando os meios –massivos, interpessoais ou mistos – para assegurar, além do avanço tecnológico e bem estar material, a justiça social, a liberdade para todos e o governo da maioria (BELTRÁN, 2005, p.21, tradução nossa).

Foi esta produção acadêmica que embasou os debates da Primera Conferência Intergovernamental sobre Políticas Nacionais de Comunicação na América Latina[13] e da Nova Ordem Internacional da Información – NOMIC, culminando no relatório "Um mundo, muitas vozes" da comissão McBride.

Na década de 80, com a crise econômica que afetou drasticamente a América Latina, o debate sobre desenvolvimento passa por uma "década perdida" (BELTRÁN, 2005, p. 23). Por outro lado, os movimentos pela democratização da comunicação tomam corpo e fôlego, inspirados pelos processos de redemocratização política. No Brasil, nasce os primeiros embriões do que viria a ser o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação[14].

Na década de 90, a produção intelectual de Martín–Barbero "sustentou que a comunicação é mais um fenômeno de mediação do que dos meios e que, portanto, era necessário vê-la também do ângulo da recepção […]"(BELTRÁN, 2005, p. 26). Martín–Barbero atentou que o popular não se referia apenas às culturas indígenas ou camponesas, mas se tratava das tramas das mestiçagens e das deformações do urbano,

[13] Em São José da Costa Rica, 1976.
[14] Em 1980, durante o 18º Congresso de Jornalistas Profissionais, é criada a Comissão Permanente para o Estudo da Nova Ordem Informativa Internacional, sob a liderança da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais- FENAJ. Em 4 de julho de 1984, a FENAJ reorganiza esse movimento com a criação da Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, embrião do que viria a ser o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC.

do massivo. A multiplicidade e a diversidade ganham espaço acadêmico, passam a ser peças-chaves do desenvolvimento e da democracia[15].

O fortalecimento da comunicação horizontal e da multiplicidade de maneira alguma significa que as mídias de massas não têm um papel a desempenhar no desenvolvimento e na consolidação da democracia. Um processo midiático não substituiu o outro. Pelo contrário, eles podem ser uma alternativa coexistente:

> Como entende Buber, o diálogo nem sempre é possível e, poder-se-ia acrescentar, o monólogo nem sempre é evitável, sendo até mesmo necessário, algumas vezes, dependendo de diversos propósitos e circunstâncias. Esse dois elementos, segundo Johannesen, poderiam ser vistos como os dois extremos de uma linha contínua. Idealmente todas as comunicações deveriam ser horizontais. Na prática esse ideal nem sempre é possível e talvez nem sempre seja desejável. Assim, quando a comunicação vertical tiver que permanecer ainda em cena, não deveria de forma alguma ser exercida de maneira manipuladora, enganadora, exploradora e coercitiva (BELTRÁN, 1981, p.34).

No Brasil, depois do processo de redemocratização e propulsionados pelas conquistas de direitos contempladas na Constituição de 1988, os movimentos de democratização da comunicação e as organizações populares conquistaram importantes avanços na direção do ideal da comunicação horizontal. Apesar de todas as justas críticas aos processos de concessão e constituição dos marcos regulatórios[16], as rádios comunitárias e canais comunitários na TV a cabo começam a ser uma realidade no país. O Conselho Nacional de Comunicação foi criado e, apesar de ainda estar se configurando e consolidando, está em funcionamento. Além disso, os meios de comunicação de massa já constituídos estão diversificando suas programações:

> Ao mesmo tempo ocorre a presença cada vez mais substantiva dos setores populares na mídia convencional (comercial e educativa), que abriu mais espaço para assuntos antes restritos aos canais alternativos e populares, com destaque para a programação local e regional, o que também favorece a abordagem de temas ligados ao desenvolvimento social e à cultura local. Nessa dinâmica, o movimento popular passa a marcar sua presença tanto de forma autônoma (dando depoimentos e contando histórias de projetos sociais bem sucedidos), como grupal, quando as propostas dos movimentos sociais passam a sensibilizar e a permear a programação da mídia, embora nem sempre de forma favorável aos mesmos. Acrescentando a conquista de espaços (principalmente no rádio local/regional) para difusão de programas próprios produzidos por organizações populares e/ou entidades aliadas, como, por exemplo, a Oboré - Projetos Especiais em Comunicações e Artes.

[15] Tal como Wolton expôs e foi discutido no item anterior.
[16] Ver Caldas (1995).

> Por outro lado, no espectro televisivo há uma série de novas iniciativas com finalidade primordial de promover a educação informal, a cultura e o desenvolvimento social. É o caso dos canais de televisão de uso gratuito no sistema a cabo, como o universitário, o comunitário (ambos espalhados pelos municípios brasileiros), o canal do Poder Judiciário, os canais legislativos e os educativo-culturais. Há ainda outros canais privados de conteúdo educativo na televisão por assinatura, via satélite, como o STV (do Senac) e o Canal Futura, entre outros. [...] (PERUZZO, 2006, p.6).

Mas, se por um lado houve avanços, por outro lado a democratização da comunicação no Brasil está longe de ser uma tarefa cumprida. Poucas empresas detêm muitos (ou diferentes) meios de comunicação que atingem a maior parte do território nacional. As propriedades destas empresas estão muitas vezes diretamente ou indiretamente ligadas à políticos. Os conteúdos ainda reforçam os valores e poderes oligárquicos. Portanto, o fomento à comunicação comunitária urge e o Estado tem papel fundamental a desempenhar nessa tarefa.

Considerações finais

Apesar dos grandes volumes de informações que circulam pelas redes, a incomunicação se faz presente e o direito à comunicação está longe de se realizar plenamente. No senso comum, o ato comunicacional é tido como uma ação natural, como se não exigisse preparação ou acesso aos meios de comunicação. Conseqüentemente, isso favorece o monopólio dos canais de expressão, questionado pelos movimentos de democratização da comunicação.

Tal concepção de comunicação pode se tornar um risco social, que não tem origem em situações biológicas, psicológicas ou físicas- como no caso da saúde -, mas se estabelece no campo relacional da vida humana. Esse risco social implica em um perigo iminente – na falta de ação- de ocorrer perda da qualidade de vida e, conseqüentemente, de cidadania. A democracia e o outro desenvolvimento podem não se efetivarem ou serem ameaçados.

Desta maneira, se é obrigação do Estado a promoção do bem público, por meio de políticas públicas, é seu dever desenvolver políticas de fomento à comunicação. Não basta, entretanto, apenas afirmar que há um monopólio da voz, que a comunicação é um direito humano fundamental e que compete ao Estado fazer políticas para democratizá-las. É preciso verificar em que condições o fomento à comunicação comunitária é possível.

Referências bibliográficas

BAITELLO, Norval (org.). **Os meios da incomunicação**. São Paulo: Annablume, 2005.

BELTRÁN, Luis Ramiro. Anatomia da incomunicação. In: GUMUCIO, A.; TUFTE, T. (eds.). **Comunication for Social Change Anthology: Historical and Contemporary Readings**. New Jersey: Communication for Social Change Consortium, 2006.

_____. **La comunicación para el desarrollo en Latinoamérica**: Un recuento de medio siglo. Documento apresentado no III Congresso Panamericano da Comunicación. Buenos Aires, 2005. Disponível em <http://www.portalcomunicacion.com/esp/dest_ramiro.html.> Acesso em: 20 mar 2006.

_____. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. In: **Comunicação e Sociedade**. Revista semestral de estudo de comunicação. São Paulo, n.º 6, setembro de 1981. P. 5-35

CALDAS, Maria das Graças Conde. **O latifúndio do ar**. Mídia e poder na Nova República. 1995, 200p. Tese (Doutorado- Ciências da comunicação), Universidade de São Paulo.

GUMUCIO, A.; TUFTE, T. (eds.). **Comunication for Social Change Anthology: Historical and Contemporary Readings**. New Jersey: Communication for Social Change Consortium, 2006.

MARCONDES FILHO, C. J. R. . **Até que ponto, de fato, nos comunicamos**. São Paulo: Paulus, 2004. v. 1. 109 p.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação / Incomunicação no Brasil**. São Paulo. Edições Loyola, 1976 207p.

_____; BRITTES, Juçara (orgs). **A trajetória Comunicacional de Luis Ramiro Beltrán**. São Bernardo do Campo, Ed. UMESP, 1998, 168 p.

PERUZZO, C.M.K. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2006, Brasília. XXIX Congersso NTERCOM. São Paulo : Intercom, 2006.

SERVAES, Jan. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. In: **Temas y problemas de Comunicación**, año 8, v.10, 2000. Universidad Nacional de Rio Cuarto. P. 7-54.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Pensar a comunicação**. Brasília: UnB, 2004.